



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

LEONARDO LOPES CHACON

EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS: UM ESTUDO JUNTO A SERVIDORES
PÚBLICOS DO ESTADO DA PARAÍBA

JOÃO PESSOA
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

LEONARDO LOPES CHACON

EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS: UM ESTUDO JUNTO A SERVIDORES
PÚBLICOS DO ESTADO DA PARAÍBA

Monografia de graduação apresentada ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel(a) em Administração.

Orientador: Profa. Ma. Suelle Cariele de Souza e Silva.

JOÃO PESSOA
2019

Catálogo na publicação

Seção de Catalogação e Classificação

C431e Chacon, Leonardo Lopes.

Empréstimos Consignados: Um estudo junto a servidores
públicos do Estado da Paraíba / Leonardo Lopes Chacon.

- João Pessoa,
2019. 23 f.

Orientação: Suelle Silva.

Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Servidores Públicos. Crédito consignado. Endividam.

I. Silva, Suelle. II. Título.

UFPB/CCSA

LEONARDO LOPES CHACON

**EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS: UM ESTUDO JUNTO A SERVIDORES
PÚBLICOS DO ESTADO DA PARAÍBA**

Monografia de graduação apresentada ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel(a) em Administração.

Aprovado em: ____/____/2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ma. Suelle Cariele de Souza e Silva
(Orientadora)

Prof. Dr. Cláudio Pilar da Silva Junior
(Examinador)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, que me deu energia, força e capacidade para poder dar prosseguimento no curso e enfim poder termina-lo.

Agradeço aos meus pais e ao meu avô e avó, que sempre apoiaram minhas decisões, me educando no melhor caminho e aconselhando na melhor jornada a prosseguir.

A minha orientadora, professora mestra Suelle Silva, que pelo pouco tempo que tivemos, me auxiliou e me direcionou da melhor forma para a conclusão do trabalho, esclarecendo dúvidas e ajudando a ampliar meu conhecimento sobre a melhor maneira de conduzir o tema. Também agradecer ao professor Dr. Claudio Pilar, que iniciou o processo de orientação comigo, me direcionando nos primeiros passos do TCC.

Por fim, agradeço a meus amigos, colegas e todos aqueles que trilharam caminho comigo na universidade e contribuíram direta ou indiretamente para a minha formação acadêmica.

RESUMO

Este estudo tem a finalidade identificar as razões que levam os servidores públicos do Estado da Paraíba a utilizarem o crédito consignado. Especificamente, traçar o perfil dos servidores públicos tomadores de empréstimo consignado; verificar se os pesquisados renegociam suas dívidas; identificar o percentual da margem de consignação utilizada pelos servidores. Adotou-se o instrumento primário de coleta de dados, sendo o questionário composto por 22 questões objetivas aplicados junto a 100 servidores do Estado que possuem conta-corrente na agência situada dentro do centro administrativo do Estado. Percebeu-se que os tomadores de empréstimo consignados são pessoas casadas/união estável, que possuem dependentes econômicos, com renda familiar de 1 a 4 salários mínimos e que não possuem outra fonte de renda. Verificou-se que há um hábito dos pesquisados em manter o consignado na sua folha de pagamento. Pode-se inferir que mais de um terço dos pesquisados tomaram empréstimo na modalidade consignado para pagamento de outras dívidas, portanto há indícios de que sejam famílias endividadas. Ademais, 73% dos servidores públicos do Estado da Paraíba se autoavaliaram endividados ou parcialmente endividados.

Palavras-chave: Servidores Públicos. Crédito consignado. Endividamento.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	9
2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA	9
2.2 ENDIVIDAMENTO PESSOAL.....	11
2.3 CRÉDITO CONSIGNADO	11
3 METODOLOGIA	12
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS	13
6 CONCLUSÃO	17
REFERÊNCIAS.....	18
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO	21

1 INTRODUÇÃO

Educação financeira é um meio pelo qual as pessoas podem obter sabedoria de como gerir seu dinheiro (PEREIRA *ET AL.*, 2009). Ao utilizar os recursos financeiros de uma forma planejada, programada e organizada, haverá maior probabilidade de sucesso da administração das finanças.

Fundamentos financeiros deveriam ser ensinados desde os primeiros anos escolares, uma vez que esse assunto irá acompanhar qualquer indivíduo ao longo de toda a sua vida (KIYOSAKI; LECHE, 2000). Os autores complementam que se as instituições de ensino no país tivessem a educação financeira ensinada desde o ensino fundamental e não apenas em certas disciplinas já no meio acadêmico, o percentual de endividamento da população seria muito menor.

Conforme pesquisa realizada sobre a economia pelo Serasa Experian (2018), foi comprovado que 40,3% dos brasileiros encontram-se endividados em nosso país, desse total, 28,3% são com os bancos, 19,7% com *utilities*, 11,5% com telefonia, 12,6% no varejo, 10,8% com serviços, 10% com financiamentos e 7,1% com outros tipos de dívidas.

Portanto, a partir destes dados, pode-se inferir que a população brasileira precisa se conscientizar a respeito da sua saúde financeira e obter conhecimentos financeiros. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (2005) estabelece que a educação financeira é um processo em que o indivíduo faz escolhas conscientes e se mantém bem informado acerca da economia para assim elaborar a melhor forma de lidar com seu dinheiro. Segundo Robert Marjolin, fundador da OCDE, manter a estabilidade financeira é umas das grandes dificuldades da população mundial, que se utilizam do crédito para complementar o salário, gerando dívidas a longo prazo.

Com a aprovação da Lei 10.280/2003, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações de valores referentes ao pagamento de empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e operações de arrendamento mercantil em folha de pagamento, ocorreu uma facilidade na liberação de crédito para a população, e, consequentemente um aumento no nível de endividamento da família.

O crédito consignado é uma modalidade de empréstimo em que o desconto da prestação é feito diretamente na folha de pagamento ou de benefício previdenciário do contratante. A consignação em folha de pagamento ou de benefício depende da autorização prévia e expressa do cliente à instituição financeira concedente do empréstimo e da existência de convênio entre a fonte pagadora e a instituição financeira que oferece a operação.

O crédito consignado, atualmente, é uma das maneiras mais fáceis de obtenção de dinheiro de forma ágil. Servidores públicos, celetistas, aposentados e pensionistas podem obtê-lo junto às instituições financeiras, garantindo taxas de juros mais atraentes e maior flexibilidade no prazo comparado a outras opções de obtenção de recursos financeiros, a exemplo do Crédito Direto ao Consumidor (CDC).

Segundo pesquisa realizada pelo Ministério do Planejamento em maio de 2018, esse tipo de crédito voltou a ter crescimento após a recessão que o Brasil viveu entre 2014 e 2017. O crédito consignado é importante, porque permite acesso a recursos com taxas mais baixas, contribuindo para que as famílias utilizem esse crédito no pagamento de dívidas com juros mais altos ou melhorar suas condições financeiras (BRASIL, 2018).

Uma característica do crédito consignado é a sua acessibilidade. Tal modalidade de empréstimo será para o público-alvo sempre a melhor opção, visto que a transação não será impedida caso a pessoa possua restrição junto ao SERASA/SPC, uma vez que o desconto virá diretamente em folha, existindo, assim, uma certa segurança pela instituição financeira em fornecer o crédito.

Para melhor obtenção desse tipo de crédito, devem ser considerados alguns aspectos, de acordo com Bxblue (2018), a saber: a) o crédito consignado não deverá fazer parte da composição salarial, sendo sua utilização pontual e para motivos excepcionais; b) a captação desse recurso enxugará o orçamento mensal, podendo comprometer até 35% da renda mensal; c) conhecer a real situação financeira, tomar nota dos custos, entender para onde vai cada centavo que foi/será usado; d) analisar os reais motivos para não permanecer em um ciclo de endividamento; entre outros. Desta forma, o problema da pesquisa em questão é: **Quais as razões que levam os servidores públicos do Estado da Paraíba a utilizarem crédito consignado?**

Assim, o objetivo geral da pesquisa é identificar as razões que levam os servidores públicos do Estado da Paraíba a utilizarem o crédito consignado. Especificamente, traçar o perfil dos servidores públicos tomadores de empréstimo consignado; verificar se os perquisados renegociam suas dívidas; identificar o percentual da margem de consignação utilizada pelos servidores.

O tema proposto surgiu após ser observado pelo autor na instituição financeira em que trabalha que os servidores públicos do Estado da Paraíba encontram-se com parte de seus proventos comprometidos com empréstimos pessoais e consignados em diversas instituições financeiras.

Em acordo realizado e fechado em outubro de 2017, o governo do Estado da Paraíba encerrou o contrato que havia da folha de pagamento com um banco público, passando para um banco privado. Na aquisição desta folha, foi percebido a grande quantidade de empréstimos já realizados pelos servidores públicos e pensionistas do Estado, junto a ansiedade dos mesmos para refinanciá-los em taxas menores pelo novo banco. Esta pesquisa contribui ao descrever quais os principais fatores que levaram os servidores a tomarem novos empréstimos.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Em meio a sociedade contemporânea, os indivíduos necessitam ter o domínio de um conjunto de aptidões que proporcionem um entendimento lógico de situações que influenciam o ambiente em que vivem em relação aos demais. Parte desse domínio é obtido por meio da educação financeira, que segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2005), é um processo em que os indivíduos realizam escolhas conscientes e se mantêm bem informados a respeito da economia, para assim, elaborar a melhor forma de lidar com seu dinheiro.

A educação financeira, além de ajudar na forma de gerenciamento do dinheiro dos consumidores, auxilia na conscientização de poupar e investir, trazendo mais informação e assim evitando que sejam vítimas de possíveis fraudes financeiras. Entretanto, sua crescente relevância nos últimos anos, vem ocorrendo em decorrência do crescimento dos mercados financeiros e de mudanças políticas e

econômicas no país, tornando o tema essencial para a compreensão de orçamento pessoal e familiar (OCDE, 2005).

Segundo o Banco Central do Brasil (2019), educação financeira é o processo mediante o qual consumidores e investidores financeiros melhoram a sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros. Além disso, por meio da informação, desenvolvem habilidades que mitigam o risco, melhorando assim o bem estar financeiro.

A importância da educação financeira surge como meio de orientação à tomada de decisões, mantendo os indivíduos informados sobre os serviços financeiros ofertados de uma forma consciente. Essa importância, pode ser vista sob a perspectiva de bem estar social, onde as atitudes tomadas poderão ter resultado em seu consumo pessoal e no orçamento familiar a curto e a longo prazo. Portanto, manter a população consciente sobre finanças poderá ajudar na conscientização de diversas variáveis envolvidas em uma decisão de consumo e fornecer instrumentos para uma tomada de decisão de maneira eficiente.

Silva (2014) informa que o comportamento impulsivo que gera a necessidade de consumo, se camufla na satisfação de necessidades, decorrendo na aquisição de bens materiais, que por certas vezes não são nem utilizados. A necessidade de efetuar a compra gera o prazer, o que não necessariamente precisa ser obtido.

De forma geral, a educação financeira é importante aos indivíduos por auxiliá-los a gerenciar sua renda, possibilitando, assim, que os mesmos realizem investimentos e aplicações financeiras. Os investimentos são a melhor maneira ou garantia de uma estabilidade financeira futura (CERBASSE, 2004). O autor enfatiza que para tomar decisões de investimento, faz-se necessário ter conhecimento sobre o assunto. Desta forma, o indivíduo deve investir sabendo dos riscos envolvidos, ou seja, ter ciência das situações que geram ganhos e perdas e, principalmente, as alternativas mais rentáveis do mercado.

Algumas estratégias podem ser elaboradas quando se trata das finanças pessoais. A educação financeira deverá ser um processo contínuo, acompanhando a evolução dos mercados e buscando informações que possam auxiliar o indivíduo.

O governo, por sua vez, também adota medidas junto ao Banco Central para conscientização da população sobre suas finanças, trazendo medidas estratégicas para educar os indivíduos sobre suas decisões. Uma dessas maneiras de promover a cidadania financeira é através do ENEF (Estratégia Nacional de Educação Financeira), cuja finalidade é promover a educação financeira e previdenciária, aumentar a capacidade do cidadão sobre a administração de seus recursos e contribuir para a eficiência do mercado financeiro, de capitais, de seguros, previdência e capitalização.

A Educação em finanças é refletida na boa administração do dinheiro. O planejamento financeiro pessoal consiste em estabelecer e seguir uma estratégia mais ou menos deliberada e dirigida para a manutenção ou acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa e de sua família. Tal estratégia pode estar voltada para o curto, o médio ou longo prazo e visa garantir a tranquilidade econômico financeira do cidadão (CAMARGO, 2007).

Para Cerbassi (2005), planejamento financeiro pessoal consiste em organizar as finanças, de modo a entender que o que se pode gastar hoje não compromete o padrão de vida do futuro. O planejamento financeiro se inicia com um orçamento e, em seguida, se traça o fluxo de caixa, onde assim, se discrimina todas as receitas e despesas do indivíduo.

Nesse aspecto, realizar orçamentos pessoais traz ao indivíduo a oportunidade de avaliar sua situação financeira e definir prioridades que poderão impactar em sua vida pessoal. É dessa forma, que poderá poupar e investir o dinheiro para que possa ter recursos suficiente para eventuais emergências.

2.2 ENDIVIDAMENTO PESSOAL

Endividamento trata-se da utilização de recursos de terceiros para aquisição de produtos e serviços. O superendividamento é o estado excessivo do consumo desenfreado, que pode ser definido como a impossibilidade do devedor de pagar suas dívidas futuras e atuais (REZENDE, 2014).

Segundo estudo do SPC Brasil (2014), a imprudência que leva ao endividamento de forma inconsequente está associada à chamada “nova classe média” brasileira. São consumidores que até pouco tempo estavam à margem do mercado e do consumo, limitando suas compras aos produtos fundamentalmente básicos. Com a maior propagação do crédito, esses consumidores, de acordo com o referido estudo, encontraram justamente no consumo um meio de reafirmar a sua condição social.

Neste sentido, Lopes (2012) argumenta que o maior acesso ao crédito pode trazer benefícios às pessoas, como uma melhor qualidade de vida. Entretanto, chama a atenção para o nível da dívida, pois o devedor pode não conseguir arcar com suas obrigações e perder a qualidade de vida que ganhou ao obter crédito por conta da falta de organização financeira.

Sair do endividamento pode não ser uma tarefa fácil, conforme Rezende (2014), pois requer mudanças no hábito das pessoas que podem interferir no fator psicológico delas. A educação financeira é um meio para sair da situação de endividamento, pois é uma forma de diagnosticar a situação atual e planejar o futuro financeiro com disciplina, e consequentemente possuir uma vida financeira saudável e ganhar qualidade de vida (REZENDE, 2014).

Camboim (2015) realizou um estudo com os técnicos administrativos da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Foi percebido 38,10% dos servidores públicos estão endividados. A pesquisa retrata que o endividamento dessa classe se dá principalmente por homens chefes de família, que ao assumir a responsabilidade dos lares, não se planejam financeiramente, levando ao endividamento.

2.3 CRÉDITO CONSIGNADO

Conforme a lei 10.820/2003, os empregados regidos pela CLT, funcionários públicos, aposentados e pensionistas, poderão autorizar, de forma irrevogável e irreatável, o desconto em folha de pagamento ou na sua remuneração disponível dos valores referentes ao pagamento de empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, quando previsto nos respectivos contratos.

A portaria normativa nº 01/2010, no artigo 5ª, define o crédito consignado como empréstimos ou financiamentos concedidos por instituições financeiras ou entidades que integram o sistema financeiro de habitação ou, ainda, como prestações referentes a empréstimos concedidos por cooperativas de créditos

constituídas em forma de lei, com finalidade de prestar serviços financeiros a seus cooperados. O pagamento será feito a instituição financeira mediante desconto no contracheque, salvo casos onde as consignações são feitas e o tomador perde parte de sua margem, o que leva ao banco descontar direto em conta.

De acordo com Rodrigues *et al.* (2006), a modalidade de crédito consignado é uma forma de empréstimo em que o devedor sofre um desconto no salário para pagar sua dívida com o banco. Apesar de a dívida ser do empregado, o empregador que irá reter parte do salário correspondente à prestação devida e a transfere para o banco.

Segundo Ribeiro e Lara (2016), a modalidade de crédito que vem tomando conta de boa parte do mercado nos últimos dez anos é o crédito consignado, pois o serviço financeiro é o mais seguro para as agências prestamistas. De acordo com os autores, logo após a sua regulamentação, em 2004, o crédito com desconto direto na folha de pagamento cresce acima dos demais créditos pessoais, independente da finalidade em que o crédito se destina, representando grande forma de circulação de mercadoria (capital).

Os servidores públicos, pensionistas e aposentados do INSS possuem uma margem bruta de sua renda salarial de até 35% disponível para usar nesse tipo de crédito. Os riscos de inadimplência desta operação são baixos, pois o pagamento do empréstimo é recolhido diretamente na folha de pagamento. Assim, as instituições que trabalham com esta forma de concessão de crédito operam com sob um juros menor que o dos créditos pessoais diretos e com parcelas de até 96 meses.

Camboim (2015) encontrou que a maioria dos participantes de sua pesquisa relataram utilizar o crédito consignado como estratégia para quitação de dívidas. Contudo, vale ressaltar que ao adquirir o mesmo, também está se contraindo uma nova dívida, e o seu não planejamento poderá acarretar na permanência do endividamento. Conforme apresentado em seu estudo, é encontrado pela autora que 58,73% dos servidores entrevistados, utilizaram o crédito consignado como forma de suprir necessidades financeiras. Além disso, também foi notado que a maioria busca a consignação para quitação de dívidas que possuem maiores incidência de juros, reafirmando assim o que foi dito acerca da boa estratégia do uso do consignado para fins específicos

Essa linha de crédito pessoal, se usada com planejamento, poderá ser uma alternativa para conseguir equilibrar as finanças pessoais. Em suma, possuir o crédito consignado poderá ser uma boa alternativa quando trata-se de quitação de dívidas que possuem juros mais altos como cartão de crédito e cheque especial (REZENDE, 2014). No mais, o empréstimo não deixa de ser uma forma de endividamento, gerando comprometimento de renda. Logo, é necessário refletir sobre a real necessidade de contrair um novo compromisso financeiro.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracterizou-se por uma abordagem quantitativa, na qual procurou identificar as razões que levam os servidores públicos do Estado da Paraíba a utilizarem o crédito consignado. A pesquisa foi de caráter exploratório-descritivo, procurou descrever a amostra estudada quanto ao uso do crédito consignado.

Trata-se de uma pesquisa de levantamento, pois foi realizada uma interrogação direta das pessoas, as quais o comportamento se deseja conhecer.

São solicitadas informações a um grupo representativo de pessoas a cerca do problema investigado para obter conclusões após a análise dos dados coletados.

Adotou-se o instrumento primário de coleta de dados elaborado com o intuito de responder ao problema de pesquisa e aos objetivos. O questionário é o meio mais rápido e barato para levantar informações, não necessita de treinamento pessoal e garante o anonimato (GIL, 2009).

A pesquisa foi desenvolvida na instituição financeira detentora da folha de pagamento dos servidores do Estado da Paraíba. A população de estudo são todos os servidores do Estado da Paraíba que utilizam crédito consignado. A amostra é composta por 100 (cem) servidores do Estado que possuem conta-corrente na agência situada dentro do centro administrativo do Estado. A amostragem foi por conveniência, já que o pesquisador trabalha na instituição financeira detentora da folha de pagamento dos servidores deste estado.

Os participantes foram informados que a participação no estudo era voluntária e que o sigilo da identidade seria preservado, mantendo-se o anonimato dos respondentes, os quais poderiam desistir, a qualquer momento, de participar. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário constituído por 22 (vinte e duas) questões.

Após a coleta dos dados, as respostas foram tabuladas em uma planilha eletrônica. Em seguida, foi realizada uma análise descritiva dos dados.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Verificou-se que, dentre os 100 entrevistados, 48% são do gênero masculino e 52% do gênero feminino, 12% possuem idade entre 18 e 30 anos, 39% possuem entre 31 e 45 anos, 26% possuem entre 46 e 65 anos e 23% possuem idade acima de 65 anos. Quanto ao estado civil, 25% correspondem aos solteiros, 55% correspondem aos casados/união estável, 14% correspondem aos viúvos e 6% correspondem aos separados/divorciados. Quanto a 26% disseram não possuir dependentes, 40% afirmaram ter apenas 1, 32% informaram ter 2 ou 3 dependentes e 2% afirmaram ter 3 ou mais.

Os dados da pesquisa evidenciaram que a maioria (65%) possuía o ensino médio, e 22% o ensino superior. Quanto a remuneração bruta familiar, a maioria (61%) recebe entre R\$ 998,01 e R\$ 3.992,00, conforme pode se observar na Tabela 1. Verificou-se que 82% não possuíam outra fonte de renda além da remuneração do Estado e 18% possuíam. Dentre as outras fontes de renda mais citadas estão: vendedores e professores.

Tabela 1 - Renda Bruta familiar

Renda Bruta	Total	
	Quant.	%
Até R\$ 998,00	14	14%
Entre R\$ 998,00 e R\$ 3.992,00	61	61%
Entre R\$ 3.992,01 e R\$ 6.986,00	20	20%
Entre R\$ 6.986,01 até R\$ 9.980,00	4	4%
Acima de R\$ 9.980,09	1	1%
Total	100	100%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2019

Também foram coletados na pesquisa, a quantidade de pessoas que residem nos domicílios, onde percebeu-se que 21% dos pesquisados possuem até 2 pessoas residindo no domicílio, 65% possuem 3 ou 4 pessoas residindo no domicílio

e 14% possuem 5 ou mais pessoas residindo no domicílio. Já sobre a quantidade de pessoas que contribuem com a renda familiar, a maioria (63% dos respondentes) informaram que 2 pessoas contribuem com a renda familiar e a minoria (11% dos pesquisados) informaram que 3 pessoas contribuem financeiramente. Portanto, com base nos resultados, percebe-se que a maioria da família dos pesquisados é composta por 3 ou 4 membros, bem como 2 pessoas são responsáveis pelo sustento da família.

Os entrevistados foram questionados sobre como eles avaliam seu orçamento doméstico/familiar. Percebeu-se que, 73% dos servidores públicos do Estado da Paraíba se consideram endividados ou parcialmente endividados. Em pesquisa realizada por Paravizo (2009), foi verificado que 76,7% dos servidores públicos da Universidade Federal de Viçosa afirmaram estarem endividados. Na Tabela 2 é apresentado os resultados sobre a avaliação do orçamento doméstico/familiar.

Tabela 2 – Orçamento doméstico familiar

Situação	%
Equilibrado	21%
Parc. Endividado	32%
Endividado	41%
Não realizo orçamentos	6%
Total	100%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2019

Foi verificado, também, a respeito das prioridades de seus gastos e pagamentos mensais (Tabela 3). Percebeu-se, que a prioridade de pagamento da maioria dos entrevistados é com alimentação (67 respostas) e empréstimos (59 respostas). Considerando à questão ter a possibilidade de mais de uma escolha na resposta, as demais prioridades são demonstradas na Tabela 3.

Tabela 3 - Prioridade dos gastos e pagamentos mensais

Prioridade em gastos	Quantidade
Empréstimos	59
Medicamentos	25
Alimentação	67
Aluguel	34
Construção/reforma	6
Outros	2

Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Estes achados vão ao encontro aos resultados encontrados por Camboim (2015), acerca dos principais gastos dos tomadores de crédito. Naquela ocasião, servidores públicos da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) relataram pagamento de empréstimos e alimentos como causa de suas principais prioridades dos gastos, dando assim, ênfase as principais fontes de despesas de servidores públicos.

Quando perguntados sobre possuir cartões de crédito, 82% informaram ter o produto. Destes, a maioria (80,49%) informou usar todo o limite liberado pela operadora. Quando perguntados da frequência da utilização do limite do cartão, 31,71% e 30,48% dos entrevistados responderam que usavam “frequentemente” e “as vezes”, respectivamente (Tabela 4). Dos 82 pesquisados que possuem cartão de crédito, 19,52% informaram que nunca usaram todo o limite.

Tabela 4 – Análise sobre uso de limites dos que utilizam cartão de crédito.

Respostas	%
Sim, raramente	18,29%
Sim as vezes	30,48%
Sim, frequentemente	31,71%
Não, nunca usei	19,52%
Total	100%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Além disso, verificou-se que dos 100 entrevistados, 49% utilizam cheque especial como fonte de recursos financeiros. Destes, 69,39% utilizam todo o limite e 30,61% nunca usaram o limite inteiro. Sobre a frequência da utilização do limite, 30,61% raramente usa o limite do cheque especial. Já 20,41% e 18,37 dos entrevistados informaram que utilizam “as vezes” e “frequentemente”, respectivamente.

Foi percebido, que todos que foram entrevistados (100%), estavam ali buscando contrair empréstimos consignado e não os quitar. Deste total, 64% informaram que realizam planejamento de despesas e 36% não o fazem.

Sobre o prazo mantido nos seus empréstimos, verificou-se que 66% costumam manter o empréstimo consignado pelo prazo máximo (96 meses), 22% em 60 meses, 6% em 48 meses, 2% em 12 e 24 meses e 4% em outros prazos, conforme Tabela 5.

Tabela 5– Prazo mantido do empréstimo consignado

Prazo dos empréstimos	%
12 meses	1%
24 meses	1%
48 meses	6%
60 meses	22%
96 meses	66%
Outros	4%
Total	100%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Quando perguntados sobre o percentual de margem usada nas consignações, 53% dos entrevistados informaram que utilizam toda a sua margem e 36% usam mais da metade da margem e menos do total. Os demais (11%) utilizam menos da metade da margem disponível para a consignação.

Os servidores, também, foram questionados sobre a quantidade de consignação que possuem atualmente. Dos 100 respondentes, 7 não souberam responder. Verificou-se que, em média, os servidores possuem 3 consignações. No mínimo possuem atualmente 1 consignação (11,83% dos entrevistados) e no máximo 7 consignações (3,23% dos entrevistados). A maioria dos entrevistados (32,26%) possuem 2 consignações e, em seguida, 29,03% dos entrevistados possuem 3 consignações.

Em tempo, os dados da pesquisa mostraram os principais motivos que levam os servidores a fazerem empréstimo consignado. Desta forma, foi percebido que o destino do dinheiro obtido com empréstimo foi para a compra de veículo (43% dos respondentes), para pagamento de dívidas (37% dos respondentes) e para a compra de bem de consumo (36% dos respondentes).

Há ainda quem faça o empréstimo a pedido de terceiros compra de veículos e quitação de dívidas. O destaque sobre a compra de veículos, se dá devido as taxas de financiamento sobre esse produto, pois as concessionárias e os bancos financiam o CDC (crédito direto ao consumidor) a juros maiores, que geralmente variam entre 2 e 2,5%, tendo o crédito consignado como meio mais atrativo de obter o crédito e realizar a aquisição à vista. Os demais motivos são demonstrados na Tabela 6.

Tabela 6 – Motivos que levam a consignação

Motivos	Quantidade
Compra de bens de consumo	36
Compra de imóvel	27
Compra de veículo	43
Problemas de saúde	27
Pagamento de dívidas	37
A pedido de terceiros	13
Viagem e turismo	1
Outros	2

Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Quanto à necessidade de refinanciar as dívidas de empréstimos consignados, 97% informaram já ter precisado renegociar (Tabela 7). Portanto, a grande maioria dos pesquisados já realizaram um novo empréstimo consignado para quitar a dívida restante do consignado anterior, conseqüentemente, obtém dinheiro com a diferença da operação (novo empréstimo menos quitação das parcelas restantes do empréstimo anterior). Vale ressaltar que esta operação será interessante para o indivíduo quando a nova taxa de juros contrada for menor que a taxa de juros do empréstimo anterior.

Tabela 7 – Frequência do refinanciamento do consignado

Respostas	%
Sim, raramente	16%
Sim, as vezes	35%
Sim, frequentemente	46%
Não, nunca refinanciei	3%
Total	100%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Quando questionados sobre a frequência do refinanciamento, 46% informaram refinanciar seus contratos frequentemente assim que possuem qualquer margem liberada, 35% relataram fazer isso as vezes, 16% raramente refinanciam os contratos. Apenas 3% dos pesquisados informaram que nunca refinanciou. Portanto, pode-se inferir que há um hábito dos pesquisados em manter o consignado na sua folha de pagamento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crédito consignado é uma modalidade de empréstimo em que o desconto da prestação é feito diretamente na folha de pagamento ou de benefício previdenciário do contratante. Assim, o objetivo geral da pesquisa é identificar as razões que levam os servidores públicos do Estado da Paraíba a utilizarem o crédito consignado. Especificamente, traçar o perfil dos servidores públicos tomadores de empréstimo consignado; verificar se os pesquisados renegociam suas dívidas; identificar o percentual da margem de consignação utilizada pelos servidores.

Para tanto, a presente pesquisa caracteriza-se de abordagem quantitativa, de caráter exploratório-descritivo e de levantamento. Adotou-se o instrumento primário de coleta de dados, sendo o questionário composto por 22 questões objetivas aplicados junto a 100 servidores do Estado que possuem conta-corrente na agência situada dentro do centro administrativo do Estado.

Quanto ao perfil dos servidores públicos tomadores de empréstimo consignado, percebeu-se que 52% são do gênero feminino, 39% possuem entre 31 e 45 anos, 55% são casados/união estável, 65% possuem o ensino médio, 72% possuem de 1 a 3 dependentes econômicos, 61% recebem entre R\$ 998,01 e R\$ 3.992,00, 82% não possuem outra fonte de renda além da remuneração do Estado, 63% dos respondentes informaram que 2 pessoas contribuem com a renda familiar. Portanto, pode-se inferir que os tomadores de empréstimo consignados são pessoas casadas/união estável, que possuem dependentes econômicos, com renda familiar de 1 a 4 salários mínimos e que não possuem outra fonte de renda.

Quanto à necessidade de refinanciar as dívidas de empréstimos consignados, 97% informaram já ter precisado renegociar, dos quais 46% informaram refinanciar seus contratos frequentemente assim que possuem qualquer margem liberada. Portanto, pode-se inferir que há um hábito dos pesquisados em manter o consignado na sua folha de pagamento.

A respeito do percentual de margem usada nas consignações, 89% dos pesquisados utilizam mais da metade da margem que é possível para as consignações. Dos quais, 53% dos entrevistados informaram que utilizam toda a sua margem e 36% usam mais da metade da margem e menos do total.

Foi percebido que o destino do dinheiro obtido com empréstimo foi para a compra de veículo (43% dos respondentes), para pagamento de dívidas (37% dos respondentes) e para a compra de bem de consumo (36% dos respondentes). Pode-se inferir que mais de um terço dos pesquisados tomaram empréstimo na modalidade consignado para pagamento de outras dívidas, portanto há indícios de que sejam famílias endividadas. Pois verificou-se que 80,49% dos 82% das pessoas que possuem cartão de crédito já utilizaram em algum momento todo o limite liberado pela operadora do cartão, bem como 69,39% dos 49% dos entrevistados que utilizam cheque especial como fonte de recursos financeiros já utilizaram todo o limite disponibilizado pelo banco. Ademais, 73% dos servidores públicos do Estado da Paraíba se autoavaliaram endividados ou parcialmente endividados.

A utilização correta de empréstimos consignados na medida exata é benéfica. Pode-se concluir que a contratação da ferramenta de consignação é de suma importância, caso seja efetuada para o pagamento de uma dívida que possua uma taxa de juros mais elevada, como cartão de crédito, cheque especial ou outras. No entanto, a médio e longo prazo pode agravar ainda mais o orçamento pessoal e familiar.

Portanto, foi percebido que o que leva os servidores públicos a obterem o crédito consignado é a falta de planejamento financeiro e a má gestão do orçamento pessoal. Nota-se, que os mesmos mantêm ativo os refinanciamentos por longos prazos, comprometendo o orçamento de forma familiar e fazendo com que o endividamento já seja parte do recebimento de seus proventos.

Embora os objetivos citados terem sido alcançados, a referida pesquisa poderá ser ampliada, uma vez que o tema endividamento e empréstimos consignados é um tema atual, que afeta diversos servidores públicos, aposentados e pensionistas, atingindo setores econômicos e sociais, em várias classes da sociedade brasileira. Como sugestão de estudos futuros, a pesquisa poderá ser estendida para outros órgãos que atuam com empréstimos consignados, como Prefeituras, Exército, e também junto aos servidores comissionados e celetistas do próprio governo da Paraíba, que possui créditos específicos para suas áreas, porém que atuam com procedimentos parecidos ao crédito consignado.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Banco Central do Brasil: fique por dentro**. 4. ed. Brasília: BCB, 2008. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/htms/sobre/bcuniversidade/cartilhaBancoCentral.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.

BARBOSA, Livia. **Sociedade de Consumo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.172, de 21 de outubro de 2015**. Altera as Leis nos 10.820, de 17 de dezembro de 2003, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para dispor sobre desconto em folha de pagamento de valores destinados ao pagamento de cartão de crédito. Brasília: Presidência da República, [2015]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13172.htm. Acesso em: 26 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Economia. Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Balanco do Ministério do Planejamento mostra crescimento no volume de créditos consignados**. 2018. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/noticias/balanco-do-ministerio-do-planejamento-mostra-crescimento-no-volume-de-creditos-consignados>. Acesso em: 16 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Banco Central do Brasil**. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pec/spread/port/rel_econ_ban_cred.pdf#page=70. Acesso em: 2 jun. 2018.

BXBLUE. Quando solicitar um Empréstimo Consignado? Disponível em: <https://bxblue.com.br/aprenda/quando-solicitar-um-emprestimo-consignado/>. Acesso em: 2 jun. 2018.

CAMBOIM, Ana Paula. **Empréstimos Consignados e Endividamento: uma estreita relação entre o(a)s servidores(as) públicos(as) Técnicos-Administrativos em Educação**. Orientadora: Raquel de Aragão Uchoa Fernandes. 2016. Dissertação

(Pós Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/bitstream/tede2/6188/2/Ana%20Paula%20Camboim%20Leao.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2018.

CAMARGO, C. **Planejamento financeiro pessoal e decisões financeiras organizacionais**: relações e implicações sobre o desempenho organizacional no varejo. Curitiba: Editora Universitária/UFPR, 2007.

CERBASSE, G. **Casais inteligentes enriquecem juntos**. São Paulo: Gente, 2004.

CLAUDINO, Lucas Paravizo; NUNES, Murilo Barbosa; SILVA, Fernanda Cristina da. **Finanças Pessoais**: um estudo de caso com servidores públicos. 2004. Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/12semead/resultado/trabalhosPDF/724.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2018.

CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA. **Educação Financeira para a Vida**. 2014. Disponível em: http://www2.fab.mil.br/cfiae/images/pdf/educacao_financeira.pdf. Acesso em: 03 jan. 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOES, Mauricio Cesar. **Impáctos do empréstimo consignado no Brasil**. Orientador : Prof. Dr. João Randolfo Pontes. 2016. Monografia - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/174332/Monografia%20do%20Maur%20C3%ADcio%20Cesar%20G%20C3%B3es.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 nov.2018.

LOPES, G. de O. **Endividamento das famílias brasileiras no sistema financeiro nacional: o impacto de indicadores macroeconômicos**. 64 f. 2012. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - OCDE.-Recommendation on principles and good practices for financial education and awareness. Jul. 2005. Disponível em: <<https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/35108560.pdf>> Acessado em: abril de 2019

PARAVIZO, Claudino Junior. **Finanças pessoais: Um estudo de caso com servidores públicos**. 2009. Artigo Científico. Universidade Federal de Viçosa. Jan. 2019. Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/12semead/resultado/trabalhosPDF/724.pdf>

REZENDE, R. C. **Consignação em folha de pagamento**: estudo sobre o papel da instituição nas implicações do uso da margem de consignação pelos servidores públicos. 2014. Dissertação. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

RIBEIRO, Rodrigo Fernandes; LARA, Ricardo. O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório. **Serv. Soc. Soc**, São Paulo, n. 126, p. 340-359, maio/ago. 2016. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n126/0101-6628-sssoc-126-0340.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2018.

RODRIGUES, Dilce de Oliveira. **O uso de cartões de crédito por estudantes de graduação da Universidade Federal de Viçosa**. Orientador: Neuza Maria da Silva. 2004. Monografia (Graduação em Administração) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa – MG, 2004. Disponível em: http://www.ppged.ufv.br/?page_id=447. Acesso em: 20 ago. 2018.

SERASA EXPERIAN. **Inadimplência do consumidor bate recorde e atinge 61,8 milhões, revela Serasa**. 2018. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/sala-de-imprensa/inadimplencia-do-consumidor-bate-recorde-e-atinge-618-milhoes-revela-serasa>. Acesso em: 12 dez. 2018.

SPC BRASIL. **“Consumo e endividamento” Estudo do padrão de comportamento de Adiplentes e Inadiplentes**. 2014. Disponível em: https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st_imprensa/spc_brasil_analise_perfil_adimplente_inadimplente_corte_21.pdf. Acesso em: 06 fev. 2019.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

Instruções:

O presente questionário tem a finalidade de analisar e avaliar o panorama financeiro dos servidores públicos do estado da Paraíba. Por favor responda todas as questões. Se não houver a resposta exata de sua pergunta, gentileza marcar a que mais lhe parece apropriado. Tal Pesquisa está sendo usada como base para um trabalho de conclusão de curso de um aluno do curso de Administração da Universidade Federal da Paraíba. As perguntas NÃO deverão ser identificadas, garantindo assim o sigilo das informações.

1 – Gênero: () Masculino () Feminino

2 – Estado civil: () Solteiro(a) () Casado(a)/União Estável () Viúvo(a)
() Separado(a)/Divorciado(a)

3 – Qual sua faixa de idade?

() Entre 18 e 30 anos () entre 46 e 65 anos () Entre 31 e 45 anos
() Acima de 65 anos

4 – Qual a renda bruta mensal familiar, aproximadamente?

() Até um salário mínimo (até R\$ 998,00)
() Maior que um salário até quatro salários mínimos (de R\$ 998,00 até R\$ 3.992,00)
() Maior que quatro até sete salários mínimos (de R\$ 3.992,01 até R\$ 6.986,00)
() Maior que sete até dez salários mínimos (de R\$ 6.986,01 até R\$ 9.980,00)
() Acima de dez salários mínimos (mais de R\$ 9.980,01)

5 – Qual seu nível de escolaridade?

() Fundamental () Ens. Médio completo () Superior completo
() Pós Graduação () Outro _____

6 – Possui outra fonte de renda além da remuneração do Estado?

() Não () Sim. Especificar _____

7- Quantas pessoas residem no domicílio? _____

8- Quantas pessoas contribuem com a renda na família: _____ pessoas

9 – Você possui dependentes financeiramente?

() Sim, apenas 1. () Sim, 2 ou 3. () Sim, mais de 3.
() Não possuo dependentes.

10 – Como você avalia seu orçamento doméstico/familiar?

() Equilibrado () Parcialmente endividado () Endividado
() Não costumo fazer orçamentos

11 – Qual(ais) a(s) prioridade(s) de seus gastos e pagamentos mensais? Pode marcar mais de uma alternativa

() Empréstimos () Medicamentos () Alimentação
 () Aluguel () Construção/reforma () Outros _____

12 – Você possui cartão de crédito? () Sim () Não

13 – Caso tenha respondido SIM à questão 12, costuma usar todo o seu limite disponível no mês?

() Sim, raramente () Sim, as vezes () Sim, frequentemente
 () Não, nunca usei

14 – Você possui cheque especial? () Sim () Não

15 – Caso tenha respondido SIM à questão 14, costuma usar todo o seu limite disponível no mês?

() Sim, raramente () Sim, as vezes () Sim, frequentemente
 () Não, nunca usei

16- Você faz algum tipo de planejamento de despesas? () Sim () Não

17 – Você já fez empréstimo consignado? () Sim () Não

18 – Quanto tempo você costuma manter o prazo desse empréstimo consignado?

() 12 meses () 24 meses () 48 meses () 60 meses
 () 96 meses () Outro

19- Qual o percentual da margem de consignação você utiliza?

() Utilizo 100% da margem
 () Utilizo entre 50,01 e 99,99% da margem
 () Utilizo entre 10,01 e 50% da margem
 () Utilizo até 10% da margem
 () Não sei o percentual

20- Quantas consignações você possui atualmente? _____

21- Qual o motivo que o levou a adquirir a(s) consignação(s) referente(s) a empréstimo consignado? Pode marcar mais de uma alternativa

() compra de bem de consumo (eletrodomésticos, eletrônicos, roupas, etc)
 () compra de imóvel (casa, apartamento, terreno, etc)
 () compra de veículo (carro, moto, bicicleta, etc)
 () Problemas de saúde (exames, internação, remédios, etc)
 () Para pagar outras dívidas (cheque especial, cartão de crédito, crediário, outros empréstimos etc)
 () A pedido de terceiros (filho, pai, amigo, etc)
 () Viagem e turismo (lazer)
 () Outros. Especificar _____

22 – Você costuma refinanciar seus contratos de crédito consignado assim que possuem qualquer margem liberada?

- () Sim, raramente () Sim, às vezes () Sim, frequentemente
() Não, nunca refinancei